



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 366/2012

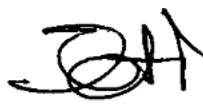
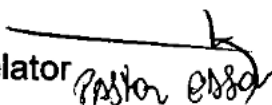
Declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Mamborê - ARAMAM, com sede e foro no Município de Mamborê.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Mamborê – ARAMAM, com sede e foro no Município de Mamborê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


João Gomes


João Gomes



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 94/2014

Altera a Lei nº 12.513, de 25 de janeiro de 1999,
concessão de título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.739, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba.”

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

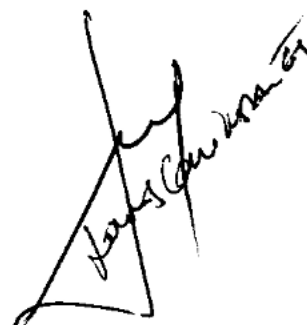
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator *420/100 018801*


Prova de


João Carlos de Souza



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 202/2014

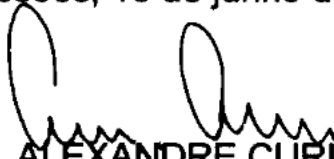
Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.876, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara.


Art. 1º O art. 2º da Lei 17.876, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara, passa a vigorar com a seguinte redação:

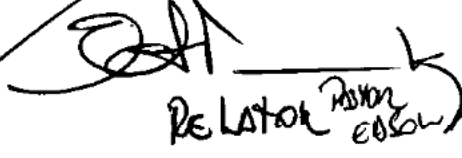
"Art. 2º A faixa de terra em questão, delimitada em levantamento constante do processo protocolado sob nº 12.124.076-9, fica gravada com cláusula de inalienabilidade e será destinada, exclusivamente, à duplicação da Avenida São Roque, naquele Município, devendo iniciar-se no prazo máximo de um ano, retornando ao patrimônio do Estado, em caso de utilização diversa."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2014.


ALEXANDRE CURÍ
Presidente


RELATOR


Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 214/2014

Prorroga até 30 de junho de 2015 o mandato dos atuais Conselheiros representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR.

Art. 1º Os mandatos dos atuais Conselheiros representantes da sociedade civil organizada, efetivos e suplentes, no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – CEDCA/PR, de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, ficam prorrogados até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Em relação ao período de prorrogação referido no art. 1º desta Lei, será respeitada, de forma equitativa, a regra de alternância entre representantes dos órgãos governamentais e não governamentais no exercício da Presidência e da Vice-Presidência do CEDCA.

Art. 3º Os mandatos de que trata o art. 1º desta Lei ficarão automaticamente extintos na data de 1 de julho de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator
Prof. Lenir


Relator
Assessor

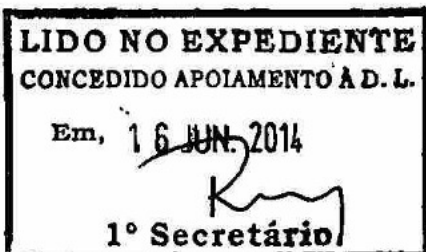


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº

264/14



Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a ExpoLondrina, realizada anualmente na primeira quinzena do mês de abril.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Exposição Agropecuária e Industrial do Município de Londrina - ExpoLondrina, realizada anualmente na primeira quinzena do mês de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 16 de junho de 2014.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a ExpoLondrina, realizada anualmente na primeira quinzena do mês de abril no Município de Londrina.

A Exposição Agropecuária e Industrial do Município de Londrina é um dos maiores eventos de lazer, entretenimento e de negócios do Brasil, uma vez que anualmente recebe cerca de meio milhão de visitantes.

A Exposição conta com milhares de empresas e produtores que possuem excelência genética da pecuária, além de expor as novas tecnologias em máquinas e equipamentos, implementos agrícolas, o setor automotivo, laboratório e a indústria farmacêutica, instituições bancárias, telecomunicação, energia, informática, indústria do vestuário e acessórios, instituições governamentais e educacionais.

A ExpoLondrina possui, ainda, uma agenda de eventos técnicos de altíssimo nível e uma programação cultural e artística que garante a cada ano o sucesso de público.

O evento, de grande importância para o agronegócio do país, é realizado no Parque Governador Ney Braga, que está localizado numa região de fácil acesso a outras cidades do Norte do Paraná, como Cambé, Arapongas, Apucarana, Rolândia e Maringá, além dos principais acessos para rodovias que ligam ao Estado de São Paulo e ao Município de Curitiba.

O Município de Londrina possui uma população de cerca de 510 mil habitantes e aproximadamente 800 mil habitantes na região metropolitana. A Cidade exerce grande influência no sul do país, sendo o principal ponto de referência no norte do Estado, ocupando uma posição estratégica importante num eixo de produção e escoamento, revelando-se como polo de uma região

metropolitana que tem na agropecuária, na indústria, no comércio e na prestação de serviços o ponto forte da atividade econômica.

Nesta edição de 2014 a exposição ocorreu entre os dias 03 e 13 de abril e novamente contou com diversas atrações como praça de alimentação, rodeio, shows com artistas de renomes nacionais, além das exposições já mencionadas.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta para a divulgação e promoção da ExpoLondrina, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 264/2014 .

Projeto de Lei nº. 264/2014

Autor: Deputado Estadual Tercílio Turini

Súmula: Inserir no Calendário Oficial de Eventos no Estado do Paraná a Expolondrina, realizada anualmente na primeira quinzena do mês de Abril.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A EXPOLONDRINA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tercílio Turini tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expolondrina, realizada anualmente na primeira quinzena do mês de Abril.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



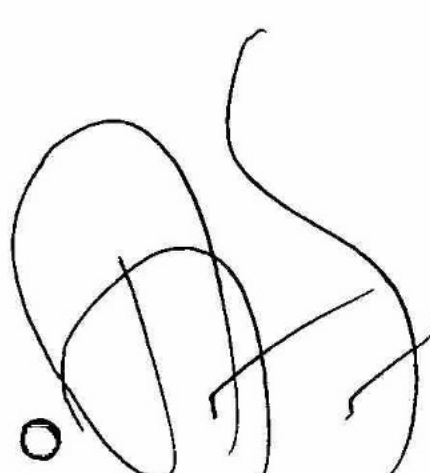
CONCLUSÃO

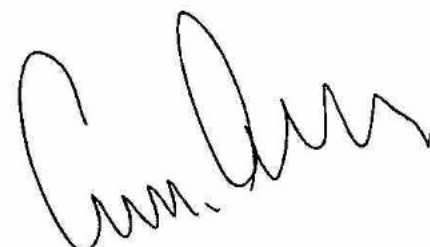
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** e por conter todos os requisitos da Técnica Legislativa.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


Relator












APROVADO

17/06/14 



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 16 JUN. 2014

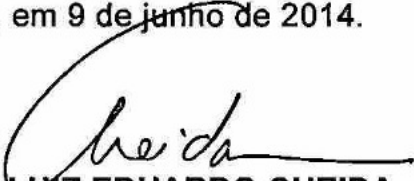
1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 108, de 20 de setembro de 2011 e suas conclusões.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 2014.


Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA
Presidente da Comissão Especial


Deputado TADEU VENERI
Relator da Comissão Especial



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, Regimento Interno desta Assembleia ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Luiz Eduardo Cheida, protocolado sob o nº 6732/2011-DAP, de 29 de agosto de 2011 e constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 108, de 20 de setembro de 2011.

(dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. (Médico e Engenheiro Civil). Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. 04) Projeto de Lei nº 167/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 346/14-GP, que propõe alteração da simbologia e do valor da função comissionada de Secretário de Sessão de Julgamento prevista no Anexo I e II da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013, de FC-15 para FC-11, e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Pr. Edson Praczk. 05) Projeto de Lei nº 168/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 347/2014-GP, que propõe a criação de uma Vara Judicial no foro regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. 06) Projeto de Lei nº 169/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 348/2014-GP, que propõe a criação de uma Vara Judicial na Comarca de Ivaiporã, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado WALDYR PUGLIESI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 170/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 349/2014 – GP, que propõe a criação de uma Vara Judicial na Comarca de Santo Antônio da Platina, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado WALDYR PUGLIESI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

54127/2014

Comissão de Finanças

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Enio Verrí, Waldyr Pugliesi e Pr. Edson Praczk. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 186/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público – Ofício nº 776/14, que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Adiado. 02) PROJETO DE LEI Nº 188/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 023/14, que incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) PROJETO DE LEI Nº 190/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 025/2014, que acrescenta inciso XI ao art. 6º da Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011. Relator Deputado ENIO VERRI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2013, de autoria do Deputado Tercilio Turini, que acresce o § 3º ao art. 24 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995. Relator Deputado ENIO VERRI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, com Emenda Modificativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

54129/2014

Comissão de Finanças

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Enio Verrí, Wilson Quinteiro, Francisco Buhner e Pedro Lupion. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Wilson Quinteiro pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 186/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público – Ofício nº 776/14, que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 189/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/2014, que altera de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/2014, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº 17.025, de 2011, e adota outras providências. (A Lei trata do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR). Relator Deputado ELIO RUSCH. Adiado. 03) Projeto de Lei nº 203/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 458/2014, que inclui o inciso II no § 1º do artigo 4º da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2013, e cria uma função comissionada de Supervisor de Secretária nos Juizados Especiais de entrância final com cargo de Secretário provido. Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Wilson Quinteiro. O Deputado Enio Verrí solicitou a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 213/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 30/2014, que altera dispositivos que especifica da Lei nº 13.803 de 23 de setembro de 2002,

que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE. O Presidente da Comissão aceitou o solicitado. O Relator Deputado ENIO VERRI apresentou o Parecer FAVORÁVEL, sendo o mesmo APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

WILSON PENKA
Secretário

54132/2014

Comissões Especiais

COMISSÃO ESPECIAL PARA AVERIGUAR A GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE DE LONDRINA
RELATÓRIO FINAL

I. A COMISSÃO

A partir de denúncias de corrupção apresentadas na Câmara Municipal de Londrina, no primeiro semestre de 2011, envolvendo a gestão municipal na Secretaria Municipal de Saúde, o Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida requereu no Plenário da Assembleia Legislativa instauração de Comissão Especial para apurar eventuais irregularidades.

Os trabalhos da Comissão justificavam-se em razão de que a Secretaria Municipal de Saúde recebera recursos do Tesouro do Estado, para aquisição de remédios e vacinas. As denúncias eram resultado do verdadeiro caos em que se encontrava a saúde no município de Londrina, amplamente propagado pelos meios de imprensa do Estado e do Município, diuturnamente, por mais de 3 (três) meses: Sistema de Internação Domiciliar reduzindo suas equipes de 35 (trinta e cinco) para 18 (dezoito); Programa Médico da Família sendo extinto; o repasse de recursos aos hospitais interrompido e medicamentos e vacinas descartados, sem uso.

Em 29 de agosto de 2011, em consonância aos requisitos do art. 35 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, foi protocolizado e aprovado em Sessão Plenária o Requerimento nº 38/2011 solicitando a criação de Comissão Especial com a finalidade de averiguar a gestão pública da saúde em Londrina.

Constituída e instalada em 20 de setembro de 2011, a Comissão Especial teve duração de 100 (cem) dias e término em 29 de março de 2012.

O ato de constituição foi publicado na Edição nº 108, 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, do Diário Oficial do Paraná – Assembleia Legislativa sob o nº 021/2011. A Comissão foi composta por 07 (sete) Deputados Estaduais, conforme o coeficiente partidário, garantindo o previsto no art. 27 do Regimento Interno:

Art. 27. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Os Parlamentares indicados pelos líderes ou blocos, e designados pelo Presidente, nos termos dos parágrafos do art. 34 do Regimento Interno:

- Presidente – Luiz Eduardo Cheida / Suplente – Waldyr Pugliesi;
- Relator – Tadeu Veneri / Suplente – Jonas Guimarães;
- Membro – Evandro Júnior / Suplente – Bernardo Carli;
- Membro – Gilson e Souza / Suplente – Elio Lino Rusch;
- Membro – Nelson Luersen / Suplente – Professor Lemos;
- Membro – Pedro Lupion / Suplente – Leonardo Parnianos;
- Membro – Terezo Kato / Suplente – André Bueno.

II. OS TRABALHOS

Em 26 de setembro de 2011 o presidente da Comissão Especial oficiou ao então Diretor Legislativo desta Casa, Senhor Mauro Ribeiro Borges, solicitando serviços de copa e taquigrafia para a reunião ordinária que se realizaria no dia 05 de outubro daquele ano.

Os 6 (seis) membros titulares da Comissão Especial foram convocados para a referida reunião com a seguinte pauta:

- Resumo da situação da gestão da saúde no município;
- Calendário das reuniões, e metodologia de trabalho;
- Diligências iniciais necessárias.

Em 18 de outubro de 2011 nova reunião decidiu pela solicitação à Prefeitura de explicações acerca de 29 (vinte e nove) quesitos relacionados à saúde pública.

Decorridos mais de 60 (sessenta) dias da constituição da Comissão, a Prefeitura de Londrina não respondeu a nenhum dos quesitos solicitados. A explicação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para a morosidade no atendimento da solicitação foi a de que suas diretorias estavam sendo remanejadas. Ao mesmo tempo, a Secretaria informou que os quesitos seriam entregues até o final de 2011.

O fato comprometeu os trabalhos da Comissão, que teria à época 20 (vinte) dias para analisar toda a documentação e elaborar o relatório final.

O não atendimento por parte da Secretaria de Saúde de Londrina culminou em um pedido de prorrogação do tempo de vigência da Comissão por mais 50 (cinquenta) dias.

Em que pese o pedido de prorrogação ter sido aceito, a resistência ao atendimento solicitado não permitiu à Comissão concluir com êxito os seus trabalhos.

III. CONCLUSÃO

Exaurido o segundo prazo estipulado, sem que houvesse a devida cooperação por parte da Prefeitura Municipal de Londrina, a Comissão Especial encerrou os seus trabalhos, não antes de solicitar ao Ministério Público de Londrina, na pessoa do Promotor Público de Londrina, Dr. Paulo Tavares, a apuração dos fatos denunciados pela Comissão Especial, bem como o respectivo encaminhamento judicial das ações que se fizessem necessárias.

E o relatório final.

Curitiba, 28 de maio de 2014.

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente da Comissão Especial
para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina

54139/2014